



024ª CEDECONDH 16JUL2024

Pauta: Moradias e serviços públicos dignos para os moradores da Farrapos e Humaitá.

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REPUBLICANOS): (14h) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana – CEDECONDH. (Início da reunião sem gravação.) ...e a proposição da Biga Pereira é em relação à situação que nós passamos. Eu vou me colocar dentro, porque também vivi, Biga Pereira, nossa vereadora- proponente, é um prazer estar aqui juntamente com todas as pessoas do governo, da saúde, do DEMHAB e também com os moradores. Está chegando aqui o nosso Ver. Márcio Bins Ely, seja bem-vindo, também um defensor da causa do povo do bairro Humaitá. Sabemos da nossa grande dificuldade nesse mês de maio. A nossa peregrinação começou no dia 4, na verdade, começou no dia 3, na madrugada do dia 3 de maio, começou a situação da enchente aqui no bairro, e a situação começou a ficar bem complicada. Dia 4, o bairro já estava completamente tomado de água, sei porque transitei por toda a vila, tentando ajudar as pessoas que estavam morando aqui, indo para a casa de familiares, apartamentos. Saí daqui no dia 7 de maio, quando a água já não dava mais condições, não tinha mais como entrar na minha residência, já estávamos sem energia, sem água, não tinha mais como ter acesso, não tinha

mais como chegar água e alimentação no nosso condomínio. Dia 7, quando saí, tive que sair de barco, porque a água já estava no peito. Quando a gente saiu aqui, no ponto onde tinha um QG, e olhamos para trás, a gente viu, realmente, como estava a situação do bairro Humaitá. Uma tristeza a gente ver centenas de pessoas que a gente costumava conversar, estar dentro do bairro, caminhar, a gente teve que sair de barco e, quando olhamos para trás, a gente ficou realmente triste. Eu e a minha esposa, quando chegamos ali na federal, quando a gente olhou, a gente viu a situação. Quando passamos na avenida ali, quando a gente viu a situação que os moradores estavam, milhares de pessoas que tinham saído das suas casas, a gente viu que, realmente, a coisa estava feia. Até então, a gente não tinha conhecimento, porque estávamos sem energia, estávamos sem internet, estávamos sem televisão e não estávamos vendo. As pessoas que vinham tirar os moradores do condomínio Bela Vista, onde eu moro, falavam: “Vocês não sabem como está a cidade, vocês não sabem a situação que está a cidade, vocês têm que sair daqui, senão vai chegar um momento que vocês não vão ter mais condições de continuar aqui na residência”. Foi o que fizemos, a maioria dos moradores, acho que mais de 90% dos moradores do condomínio teve que sair, graças a Deus. Eu digo graças a Deus, porque o nosso condomínio tinha um edifício-garagem, a maioria dos moradores não perdeu os carros, só quem residia no térreo, no primeiro andar que perdeu os seus móveis, perdeu as suas histórias, perdeu aquilo que construiu durante muito tempo. Sem falar de familiares meus, a minha tia mora aqui no bairro Humaitá, a casa dela ficou completamente inundada, só ficou o telhado de fora, também perdeu tudo. Amigos, familiares, conhecidos. Quando a gente olha para trás, a gente vê as histórias das pessoas sendo jogadas fora. Eu vou ficar contigo, Biga, eu vou passar para ela aqui, e ela vai chamar as pessoas. Nós vamos ficar aqui, para vermos as necessidades, aquilo que podemos fazer no decorrer da semana e do mês, aquilo que podemos fazer para ajudar e para apoiar, aquilo que ainda está faltando para ser concluído dentro do processo de apoio e de ajuda para a população do bairro Humaitá, do bairro Farrapos, dos moradores aqui próximos. Uma boa reunião para todos, que Deus abençoe a cada um dos senhores e das

senhoras, juntamente com as suas famílias. Um bom evento, uma boa reunião para nós todos. Uma boa tarde.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Obrigada, colega Ver. Alvoni Medina, que é o presidente desta comissão. Esta reunião que nós chamamos aqui na Farrapos é uma reunião da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, uma comissão oficial dos espaços da Câmara Municipal de Porto Alegre. O nosso presidente é o Ver. Alvoni. Eu – este é o meu dia de fazer a reunião – solicitei ao vereador que nós fizéssemos aqui, neste território que nós estamos acompanhando já há bastante tempo, pois enxergamos a necessidade de estarmos presentes discutindo com vocês, ouvindo vocês sobre a realidade que nós estamos vivendo, fomos abatidos na nossa cidade. Eu quero agradecer e, em seguida, te passo a palavra, Ver. Bins Ely, que nos visita. Seja bem-vindo, vereador! Nós queremos agradecer muito, muito, muito, muito à Alcema: querida, obrigada, foste muito solícita desde o momento que a gente solicitou este espaço na Acbergs, Associação das Creches Beneficentes do Rio Grande do Sul. Nós solicitamos este espaço a ela, estávamos com dificuldade de encontrar um espaço que nos acolhesse para esta conversa, e a Alcema nos atendeu prontamente. Muito obrigada. Quero também agradecer a ela já que as nossas reuniões, às vezes, são no seco, né, gente? Hoje a gente chega aqui e olha o carinho com que ela nos recebe, gente: tem café, tem biscoito. Olha só, está ali, gente, para todos nós, viu? Fiquem à vontade. Obrigada, Alcema, por todo esse carinho. Eu quero agradecer a vocês, moradores, que também atenderam ao nosso chamado para vir discutir conosco esta situação. A nossa pauta é sobre a questão da moradia e dos serviços públicos dignos que o nosso povo merece aqui, especialmente, na Farrapos e no Humaitá. Nós convidamos para estar conosco, e eu convido para estar do lado de cá, para usar a palavra inclusive, a representação da SMED, da nossa Secretaria Municipal de Educação. Eu tenho aqui como confirmadas Dulce D'Avila e Júlia Azambuja. Obrigada, gurias por estarem aqui conosco; por favor, podem fazer parte da nossa Mesa. Também o Sr. Marcelo Cardoso, diretor adjunto do DEMHAB – está aqui conosco? Não

está, foi para outra reunião –, mas temos aqui o Luis Antonio Steglich Costa, secretário adjunto da Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária, e o Luis Antonio vai nos falar sobre habitação; nós temos a Valesca, diretora de engenharia também da Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária; o Guilherme Daltrozzo Corte, da Seduc – a Seduc é a Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul –, por favor é Guilherme, da Assessoria de Intergridade – Asiac, no atendimento ao cidadão; e nós temos a Eliane Rossoni, que é orientadora educacional da escola Oswaldo Vergara. Obrigada. Como a gente fez a Mesa, sobraram lugares aqui, gente; fiquem à vontade, podem sentar aqui conosco.

A dinâmica da nossa reunião vai ser a seguinte: nós vamos passar para os representantes do Executivo municipal e estadual, para que eles nos informem as medidas – essencialmente é isso, gente – que vêm sendo tomadas, porque vir aqui dizer... Eu poderia ficar aqui discorrendo sobre tudo que eu vi, tudo que eu ouvi de cada um de vocês, mas isso vocês já sabem! O que vocês vieram fazer, é saber o que vão fazer para ajudar vocês, certo? Então é isso, sem mais delongas, nós temos que ir imediatamente ao debate do que vai ser apresentado. Quero agradecer à Roberta, que está aqui conosco – obrigada, Beta! A Beta é uma companhia de luta de tanto tempo, sempre estive na assessoria do nosso querido deputado Fontana, e a Beta hoje está aí também buscando um lugar – eu quero que seja minha colega! – na Câmara Municipal. Muito bem, quero agradecer profundamente aos meus amigos do Discípulos de Rao, o Anderson, tia lula, meu amigo Baduca – não sei teu nome, Baduca! Que feio! Emerson, olha só –, a Luísa, enfim, gente, poderia chamá-los pelos seus nomes, mas vamos direto aqui ao assunto. Vou passar a palavra à Leonara Tonetto, diretora de projetos sociais, mas antes vou passar rapidamente, antes de passar a palavra para o Executivo, para fazer uma pequena saudação, e ao nosso colega Ver. Márcio Bins Ely.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito boa tarde a todos e a todas, obrigado pela oportunidade de estarmos aqui numa das áreas mais atingidas

pela enchente da nossa cidade, um dos bairros mais prejudicados, onde a grande maioria das pessoas perdeu muito ou perdeu tudo, sem contar as que perderam a vida. Queria aqui cumprimentar, em especial, o presidente Alvoni, que é o presidente desta Comissão de Direitos Humanos da Câmara, junto com a Biga. Eu estou aqui representando a Comissão de Constituição e Justiça, da qual eu sou o vice-presidente. Esta é uma ação da Comissão de Direitos Humanos, a qual a gente vem acompanhar aqui. O Júlio Chaise, que é o chefe de gabinete da bancada do PDT da Câmara, nos acompanha aqui; quero fazer um agradecimento especial à Alcema, também à Simone, que se encontra aqui, que assumiu como conselheira tutelar, em especial durante todo esse período da enchente, e o trabalho que a Acbergs tem feito aqui, auxiliando e, apesar de praticamente todo o seu refeitório e a maioria do mobiliário, toda essa parte debaixo ter sido dizimada pelas águas, está com as portas abertas, atendendo a comunidade. Alcema, parabéns a ti e a toda tua equipe que cuida das nossas crianças e, com toda a dificuldade, estão mantendo de pé a Acbergs. Quero cumprimentar também o Comassetto, que chega agora aqui, representante do escritório da reconstrução do governo federal, e dizer que nós destinamos R\$ 300 mil para o posto de saúde aqui no fundo, por emenda parlamentar, e ainda bem que não havia sido paga a emenda, então a comunidade não perdeu esse recurso. São R\$ 300 mil destinados para qualificação do posto, e é muito oportuno e importante que a gente possa, o quanto antes, ter devolvido para a comunidade esse espaço, que é em parceria com a Santa Casa. Importante aqui, Biga, a presença da Secretaria de Educação, para que tão logo possa ser informado a respeito da retomada aqui da escola, das questões habitacionais... Quero dizer que também destinei para a Acbergs uma emenda, destinei recursos...

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Tu não vais fazer prestação de contas, jura?

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Acho importante que as pessoas saibam, vereadora...

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Mas não neste espaço, não é?

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): ...do nosso compromisso aqui com a comunidade. Nós estamos ajudando e destinando recursos, sim, para o bairro, para a Vila Farrapos e para as entidades que têm feito esse trabalho, como é o caso da Acbergs, como é o caso do posto de saúde, o nosso mandato está à disposição, sim, da comunidade, e nós estamos aqui para acompanhar, para ver o que pode ser feito neste momento tão difícil e tão duro que enfrenta Porto Alegre, e que a Câmara também possa estar estendendo a mão para todos vocês, estamos atentos e estaremos também dando a nossa contribuição ao debate. Pela atenção, muito obrigado, um bom trabalho a todos, uma boa tarde.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Obrigada, Ver. Bins Eli. Quero convidar para vir aqui para frente, aqui tem uma cadeirinha te esperando, Jair, o Jair Backes, que é gestor da subprefeitura. É importante este espaço que tu ocupas, que é um espaço político, que também certamente tu terás alguma questão para nos falar. E já temos então, como o Ver. Bins Ely aqui anunciou, a presença que eu agradeço, a presença do nosso colega Ver. Comassetto, que hoje ocupa cargo no Ministério Extraordinário de Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul, que foi criado pelo governo Lula aqui no nosso Estado e que convidou o Ver. Comassetto a ocupar esta função de Diretor de Habitação. O vereador está o acompanhado aqui do Maister, nosso amigo querido, obrigada, que está aqui conosco. Então gente, olha só, a importância desta reunião. Nós estamos aqui, a Câmara Municipal, a partir do meu mandato, Ver.^a Biga Pereira, com, nada mais nada menos, Alvoni, a representação do Município, do Estado e da União. Veja bem, gente, então aqui vamos aproveitar para ouvi-los e fazer todas as perguntas, os questionamentos que porventura venham a acontecer. Vamos combinar que, para que as pessoas possam nos perguntar, vocês façam

uma primeira explanação, estou propondo a vocês, uma primeira explanação, digamos de cinco minutos cada um, com uma tolerância, óbvio, de sete, oito, aí a gente faz geral e depois a gente passa para vocês, e eles voltam para responder ou fazer o fecho. Tudo bem? Aí a gente fica bem organizadinho. Gente, vamos começar passando a palavra para o Município. Do Município, nós temos aqui a representação da educação. Gente, por que eu começo pela educação? Eu recebi um relatório de todos os espaços que existem aqui nesta região e que estão fechados por conta das enchentes. Nós temos o IEI Vitória; nós temos o IEI Mundo Colorido; o IEI João Paulo II; o IEI Tecnobaby; o IEI Pé de Moleque; a escola Vila Farrapos, nós não conseguimos contato, não sei como está. E depois são os espaços públicos que estão fechados, temos aqui também as Unidades Básicas de Saúde, não tem ninguém da representação da saúde aqui, gente. Sim, o Ver. Pedro Ruas está chegando aqui, compõe a nossa comissão, agradeço a sua presença, vereador, muito obrigada. Então eu passo para a SMED. Quem fala pela SMED? (Pausa.) Eu peço que cada uma que for falar se identifique, porque está sendo gravada esta nossa reunião. Ela está sendo, gente, televisionada inclusive pela nossa TVCâmara, que ficará registrado e estão sendo gravadas todas as falas aqui; então, por favor, se identifiquem. Cinco minutos, eu peço que uma das gurias da assessoria me ajude a controlar o tempo.

SRA. DULCE D'AVILA AGUIAR: Boa tarde, eu sou gestora de parcerias da SMED, também sou coordenadora adjunta do CAF – Coordenação Administrativa e Financeira. Não sou da parte pedagógica, apesar de trabalhar também em escola, mas aqui eu venho como uma representante da SMED para orientar, explicar e sanar algumas dúvidas nessa área. Temos sim alguns espaços, algumas parceiras nossas que ainda estão fechadas e estamos trabalhando e muito, porque vocês sabem que são 220 escolas parceiras, e temos 99 escolas próprias que são as nossas EMEFs e as nossas EMElis. Algumas são muito sérias. Não temos um contingente tão grande de engenheiros, saibam que são muito poucos. Engenheiro, quando eu falo é

aquele engenheiro formado na engenharia de construção civil, que é quem vai lá na escola, na nossa escola para fazer a análise técnica. Nós precisamos dessa análise técnica, precisamos ter um responsável técnico, porque nós, como professores, não temos como dizer quantidades, o que realmente está correndo risco de cair, como fazer, onde encontrar os melhores materiais, eles dão esse tipo de assistência. É um trabalho gigante. O que a secretaria de Educação pensou então? Nós vamos dar prioridades para aquelas escolas parceiras e também não podemos esquecer, porque é o mesmo grupo de trabalho, pessoal, das nossas escolas de rede própria que também sofreram danos muito sérios. Verba. Fomos liberados, tentamos montar um plano de ação que pudesse transcorrer de uma maneira mais rápida, mas sempre fazendo da maneira correta; é erário, isso significa que é dinheiro do nosso contribuinte. Eu não entendo muito de política, então eu vou falar do que eu sei, que é o meu miudinho como servidora. Dinheiro público e o nosso objeto é a nossa criança lá na ponta, é aquela nossa criança que tem que ser observada, tem que ter um lugar que seja seguro, tem que ter uma alimentação adequada, elaborada pela nutricionista, sim, porque nós não somos nutricionistas, nós somos uma secretaria de Educação. Então tem que ter a elaboração de nutricionista, essa é sempre a nossa preocupação, mas, como as pessoas pensam, não é tão fácil movimentar tudo isso, porque nós temos os nossos trâmites. Nós temos CGM, que muitas vezes nós estamos lá correndo, correndo, e a Corregedoria-Geral do Município: “Só um pouquinho, isso aqui não está certo, não é dessa maneira que tem que fazer”. Aí nós vamos lá novamente, atendemos todas as ressalvas. Então é um vai e volta, mesmo nós reduzindo. Mas a gente tem conseguido muita coisa, graças a Deus, as escolas que têm apresentado dificuldades maiores são muitas aqui, vocês sabem, que estão sendo muito parceiras, está? Eu vou passar agora para a minha colega, que é do pedagógico, que vai passar para vocês as escolas que estão fechadas.

SRA. JÚLIA AZAMBUJA: Boa tarde, pessoal, eu sou a Júlia, faço parte da Unidade de Educação Infantil e também sou presidente da Comissão de

Monitoramento e Avaliação das Parcerias, que hoje são, como a Dulce falou, 220 escolas comunitárias de educação infantil. O nosso levantamento, como a Dulce falou, nesse momento da calamidade, a gente está trabalhando junto entre as escolas próprias, que são as escolas com os servidores, quanto com as escolas comunitárias, porque a situação, infelizmente, é muito, muito delicado. A nossa prioridade é que as crianças sejam atendidas com qualidade e com segurança, primeiramente, não é? Então, a gente está fazendo um processo de liberação de recursos de calamidade de forma individualizada para cada uma das escolas, dentro da sua organização, da quantidade de crianças que atende. Infelizmente, a gente conseguiu realocar algumas crianças das escolas próprias em outros prédios, porém vocês sabem que não é só a escola que foi atingida, toda a região ao redor da escola também foi atingida, então a gente tem tido vários desafios em conseguir colocar essas crianças em outros lugares de forma segura. Não adianta, como a Dulce falou, a gente arrumar o prédio, pintar e não ter o responsável técnico que ateste que aquele prédio está em condições de atender as crianças. Mas, neste momento, pedagogicamente, só para finalizar, Abigail, nós estamos tentando – eu sou geminiana, eu tento ir rapidinho assim, mas eu me enrolo – fazer a manutenção de vínculo e a busca ativa das crianças, para a gente ter um panorama de onde elas estão, se elas estão em espaços de acolhimento. As professoras, enfim, estão trabalhando incansavelmente, como todos nós que somos professores, trabalhamos com educação para manter contato, acolhimento e vínculo com essas crianças. É uma situação nunca vista, mas estamos disponíveis para conversar sempre com a comunidade, sempre com as famílias. É isso.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Obrigada, Dulce e Júlia, que, de verdade, foram bem rapidinhas para falar um pouquinho das escolas. E aqui a gente citou as várias escolas que estão fechadas, e a nossa preocupação é onde estão essas crianças. Para nós não fugirmos do tema – e depois vocês guardem as perguntinhas –, nós vamos passar para o Guilherme Corte, que aí é da Secretaria de Educação do Estado, que rapidinho ele vai falar também, para,

depois, nós entrarmos no tema da moradia. Então, a palavra está contigo, Guilherme, obrigada.

SR. GUILHERME DALTROZZO CORTE: Boa tarde a todos, obrigado, primeiramente, pela oportunidade de estar falando com vocês aqui hoje. Eu vou ser bem objetivo, eu acho que isso é o mais importante para a gente entender um pouco da questão das nossas escolas estaduais que a gente tem aqui na região. Eu peço, vereadora, se tu puderes, por favor, e também a própria comunidade, que, se eu esquecer de alguma escola, que eu possa também voltar a esse assunto com mais informações em relação a isso. Então diretamente, gente, a gente identificou quatro escolas estaduais aqui na região que hoje têm alguma condição, obviamente, muito afetadas pela situação, que elas são: a Escola Estadual Lions Club, a Escola Estadual José Garibaldi, a Escola Estadual Danilo Antônio Zaffari, a Escola Estadual Oswaldo Vergara e a Famello, que é aqui ao lado. Sobre a Lions Club, é uma das nossas piores situações que a gente tem aqui dentro das escolas estaduais neste momento. Neste momento, a escola está retornando, a informação que a gente tem hoje, particularmente aqui, é de que a escola já retornou às suas atividades, e hoje ela estaria recebendo o Mochila Cheia, que é o nosso programa de auxílio no sentido de materiais escolares para as nossas crianças, como um todo. Lembrando, eu queria já ressaltando que todas as nossas escolas receberam recursos financeiros diretamente, ou seja, por parte da Secretaria de Educação, para que as questões emergenciais da escola pudessem, com a ajuda das equipes diretivas, fazer os reparos de forma mais rápido possível. Então sem burocracia, no sentido que o dinheiro vai diretamente para as equipes diretivas das escolas, que elas conseguem comprar utensílios possíveis dentro daquele recurso, lembrando que a gente disponibilizou em torno de R\$ 40 mil a R\$ 80 mil por escola, das escolas estaduais afetadas, como um todo, para que pudessem, por exemplo, comprar um fogão, fazer pequenos reparos elétricos, reparos hidráulicos, reparos em muros. E nesse sentido inclusive a Secretaria de Educação continua à disposição. Eu vi uma colega nossa da Escola Oswaldo

Vergara, que a gente continua à disposição para que se necessário mais recursos financeiros para escola, a Secretaria de Educação tem esses recursos e fará a disponibilização das escolas até quando elas precisarem. Então, nesse sentido, se a comunidade sentir falta de algum item específico, especial para cada uma dessas escolas, a gente tem uma previsão. No caso específico do Lions Club, a gente está retornando, já retornou agora inicialmente. A José Garibaldi é um caso um pouco específico, mas nós temos também um compromisso da Secretaria de Educação, vereadora, no sentido de que todas as escolas retornem presencialmente até o dia 5 de agosto, o que isso quer dizer? Dia 5 de agosto, mesmo aquelas escolas que foram fortemente atingidas, por exemplo, se a escola não retornar por alguma questão muito específica, alguma obra muito grande, os alunos terão um espaço alternativo para que eles estejam presencialmente dentro da escola. É importante a gente ressaltar, ainda que as...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. GUILHERME DALTROZZO CORTE: Claro. A ideia é que a comunidade seja a mais próxima da comunidade, como um todo. E lembrando sempre que, apesar dos métodos hoje que a gente tem de aula *online*, esse tipo de coisa, não é a mesma coisa do que a conexão diretamente com as nossas equipes, com as equipes de diretores, com os seus colegas, como um todo, de forma presencial. Então um dos focos da secretária Raquel é justamente que a gente tenha todos os alunos presenciais, em sala de aula, novamente até o dia 5 de agosto. Dia 5 de agosto é o que nós estamos chamando de prazo limite, vereadora. Nesse sentido, é um pouco do que a gente está imaginando para o restante das escolas. Na José Garibaldi, só para botar uma questão, ela já está passando pela segunda limpeza, uma escola fortemente atingida, e, depois disso, é uma questão de receber mobiliários que forem necessários, como um todo. Na Danilo Antônio Zaffari a limpeza já foi realizada, então na caixa d'água foi passado bactericida, esse tipo de coisa que é importante para que os nossos alunos estejam seguros naquele espaço, naquele momento. Os reparos também já

estão sendo realizados, e a previsão novamente é 5 de agosto. A gente vai entrar logo num recesso escolar, que já iria acontecer nos próximos dias, no entanto, então, dia 5 de agosto é a previsão de volta da escola. Na Oswaldo Vergara a gente tem bastante problema, temos problemas elétricos que a gente está tentando resolver, são vários pontos bastante atingidos na escola, a limpeza estava para ser finalizada na semana passada, não sei se eles acabaram se alongando para esta semana, mas, em princípio, nessa semana a limpeza da escola será finalizada. Lembramos que a escola já recebeu fogão, um fogão novo, a gente está tentando equipar e lembrando que todas essas escolas receberam recursos financeiros e que para nós, falando como Secretaria de Educação, continuamos à disposição das escolas no sentido de ajudar a equipe diretiva. Nós, os professores, aqueles funcionários que ali trabalham, para que sejam feitas essas aquisições da melhor forma possível, para que os nossos alunos retornem rapidamente para a escola, que é o que a gente mais quer, que eles possam também se alimentar, vereadora.

Eu ouvi alguma informação de que o EJA teria voltado já. Eu não sei se vocês têm alguma informação. O EJA parece que voltou, mas as crianças eu retomo rapidinho em algum momento.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Mas a previsão é 5 de agosto também?

SR. GUILHERME DALTROZZO CORTE: A princípio, sim. Na verdade, todas as nossas escolas... Não, não, ... A nossa resposta oficial, Biga, bem rapidamente, é que dia 5 de agosto é o nosso comprometimento, como Secretaria de Educação, de que esteja presencial a volta das aulas. Esse é o nosso prazo.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Está bem. Obrigada, Guilherme. Ele volta depois, gente, mas é importante nós frisarmos que o Estado está falando dessas escolas, ficou meio que na dúvida da escola da Famello, mas a previsão é dia 5 de agosto retornarem as escolas estaduais. Do Município, não ficou

nenhuma data aqui explicitada, certo? O que ficou é que estão trabalhando para voltar o mais rápido possível. Foi isso que eu entendi, certo? Mas não foi dada uma data. De qualquer forma, nós entraremos em contato com a SMED para ver caso a caso, cada escola, saber de cada escola. Perfeito.

SR. GUILHERME DALTROZZO CORTE: Biga, sobre a Famello, rapidinho. Só para falar para a comunidade, então, a escola tem dois prédios, vocês conhecem, a limpeza pesada foi realizada pelo exército, nos últimos nos últimos dias. A limpeza fina, como a gente fala, é uma limpeza mais cuidadosa, ela foi realizada no prédio principal já, e eles tão fazendo reparos da elétrica, e no telhado, via autonomia. Então, a própria escola está trabalhando no sentido de contratar diretamente, então não precisa esperar o serviço de engenharia da Secretaria...

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): E a previsão é 5 de agosto também.

SR. GUILHERME DALTROZZO CORTE: A previsão é dia 5 de agosto, como um todo. Mas a finalização da elétrica do telhado é para o dia 23. Então, pode ser que seja antes, mas como a gente tem o recesso escolar, dia 5 de agosto é o nosso comprometimento.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Obrigada, Guilherme. Gente, da questão dos serviços, identificamos essas escolas fechadas e que nós vamos entrar em contato com a SMED para saber das escolas do Município. Nós vamos fazer isso por escrito, nós queremos saber de cada uma, escola por escola. Na área da saúde, gente não veio nenhum representante da saúde. A informação que eu tenho é que a Unidade de Saúde Farrapos está fechada, que a Unidade Mário Quintana está fechada e a Diretor Pestana está fechada desde janeiro, né gente?! Está atendendo no pátio – olha só, gente. Mas, de qualquer forma, também na saúde nós entraremos em contato, e aí, tendo retorno, a gente passa a informar vocês também sobre a saúde. Eu sei que esses serviços são

extremamente importantes para cada um e cada uma de vocês, mas eu tenho a sensibilidade de que o tema principal que trouxe vocês aqui, mobilizados, hoje, é sobre a moradia. Certo? Moradia. E para isso nós estamos aqui com o Município, Ver. Ruas, está aqui a Secretaria de Habitação e estamos aqui com o Comassetto, da União. O Comassetto querido tem trabalhado bastante, eu sou testemunha. Sei que ele está aqui tomando um copinho d'água para dar uma disfarçada na fome, porque ele não almoçou ainda, nós vamos te dar a palavra em seguida e depois a gente te libera para tu ires fazer um lanche, porque agora já não é mais almoço. Para que tu tenhas o teu tempo aqui, Comassetto, a gente está dando os cinco primeiros minutos, claro que com tolerância, pois eu sei que o tema é vasto, mas para que tu fales especificamente para esse território. Eu falo para esse território, gente, porque no território das ilhas é diferente a realidade, como é diferente do território que inundou também na Cidade Baixa ou do Menino Deus. Então, é para esse território, por isso a reunião está acontecendo aqui. E depois...

(Pergunta inaudível. Fora do microfone.)

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Ah, depois a gente te passa então, porque eu preciso passar para ele, porque eu preciso liberar ele para almoçar. Claro, olha aí, o subprefeito aqui dizendo que tem informação sobre a saúde. Então, depois a gente passa para ele. E depois eu passo ao Ruas, para fazer uma saudação. Fiquem à vontade.

SR. CARLOS ROBERTO COMASSETTO: Boa tarde. Quero cumprimentar cada um e cada uma de vocês, cumprimentando aqui os colegas Abigail, Alvoní, Pedro Ruas, Márcio; cumprimento a todos da Prefeitura e do Estado que aqui estão. Biga, seria importante ver quem é que está aqui também do Município e do Estado sobre o tema da habitação, porque isso é feito em conjunto, ninguém faz nada sozinho nesta agenda.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Tem só o Luis Antônio aqui, Comassetto, a Leonara e a Valesca do Município; do Estado não tem ninguém; do DEMHAB, tem outras pessoas. Depois a gente chama para compor a Mesa alguém do DEMHAB. Vamos ouvir o Comassetto agora.

SR. CARLOS ROBERTO COMASSETTO: Pessoal, primeiro eu quero aqui trazer um abraço e uma postura de solidariedade com cada um e cada uma porque aqui onde eu estou neste momento a água passou aqui. (Faz gestou indicando altura em que a água chegou.) Então imaginem o todo da Farrapos Humaitá, 4º Distrito, e assim por diante, o que aconteceu com cada um e cada uma de vocês, é um sofrimento que é de todos nós. E também a solidariedade com todos aqueles que se empenharam para ajudar uns aos outros, porque se sabe que todo mundo pegou junto, e aqui o Município, o Estado e a União também. Bom, e agora nós estamos numa fase de recuperação. E, no tema da habitação, no Rio Grande do Sul, são mais de 50 mil casas destruídas. Então não é uma agenda pequena, é uma agenda muito grande, o que já foi feito de medidas objetivas do governo federal, do estadual e dos municípios e o que nós temos que fazer nesse momento. Eu vou me focar nesses pontos para que cada um possa se sentir aqui e verificar os próximos andamentos.

A primeira medida que – eu não vou falar aqui dos salvamentos, porque isso foi a primeira etapa dos salvamentos inclusive com o recurso do R\$ 5,1 mil do auxílio reconstrução lá no início, que já saiu uma grande leva, outra leva ainda não saiu. E, no tema da habitação, foi tomada uma primeira medida, onde estão as casas para aqueles que precisam sair ou que perderam a sua casa? Tem que fazer casa, e casa tu não fazes da manhã para a noite, assim como limpar a casa, é um processo um pouco mais demorado. Então a primeira medida adotada foi abrir um cadastro para todas as casas já existentes para disponibilizá-las. Isso foi aberto na Caixa Econômica Federal, e aí tem três portas de entrada, todos aqueles que têm casa em local seguro que não usam, que queiram vender até R\$ 200 mil. Estão se cadastrando na Caixa, e tudo aquilo que tinha de leilão dos imóveis estocados na Caixa Econômica Federal veio para

essa agenda e todos outros imóveis que o Município, o Estado, a União têm que poderiam ser destinados, e de algumas empresas que vinham construindo que vinham sendo construído para esse estoque. Neste momento, tem 5.135 imóveis inscrito na Caixa Econômica Federal. Aí vem a segunda parte, tudo entra pelo Município, nada é feito direto do governo federal ou do governo estadual. A primeira etapa é o Município que tem que fazer, aqui é o DEMHAB com a Secretaria de Habitação que coordena essa entrada. Então saiu uma segunda portaria para os municípios dizendo como é que eles têm que fazer o plano de trabalho. Sexta-feira de tarde, eu trabalhei com o DEMHAB – os meninos estão ali junto com a Simone – para nós revermos como é que está andando o plano de Porto Alegre, porque a porta de entrada é Prefeitura/DEMHAB.

Bom, quais são os primeiros desses aí? Aqueles que não poderão ficar mais nos locais que foram alagados, que estão em área de risco ou que têm que ser removidos...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. CARLOS ROBERTO COMASSETTO: Sim, ou têm que ser removidos definitivamente daqueles locais. O primeiro deles é todos aqueles que estão em cima do dique, porque os diques têm que ser corrigidos, porque o alagamento que houve em toda a cidade é porque os diques extravasaram, falharam, arrebentaram, as comportas não fecharam direito, e assim por diante. Então o DEMHAB, junto com o Ministério da Reintegração Nacional, está trabalhando primeiro para fazer a correção para que, se chover amanhã de novo, não alagar de novo, porque teoricamente Porto Alegre não poderia ter alagado, mas alagou. Então tem que corrigir isso, como é que vai corrigir o dique se as pessoas estão morando em cima do dique? Tem que tirar essas pessoas. Esse plano de trabalho que o DEMHAB está fazendo é prioritário, como é que funciona isso? Assim como no Areia, Tio Zeca, aqui ao lado –muitos de vocês que eu já vejo aqui que vem dali. Os prioritários são essa mancha, como também a alça da ponte. Tem do outro lado do dique, lá na beira do rio, a vila Beira Rio. Bom, ela

está fora do dique, também é prioritária. Então, por que o DEMHAB está fazendo isso? Esse plano de trabalho por mancha, então ali pega tudo o que tem, tudo que entra, todos os que estão ali...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. CARLOS ROBERTO COMASSETTO: Pessoal, assim...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Comassetto, já fechou, 8 minutos. Vamos procurar, gente, ouvir os expositores, depois eu dou a palavra para vocês. Tu podes ir concluindo, Comassetto.

SR. CARLOS ROBERTO COMASSETTO: Biga, como este tema não é um tema muito fácil e precisa ser entendido o que está acontecendo para que não aconteça isso que estão dizendo: “Ah, passa um diz isso, passa outro diz aquilo, passa outro...”. Então, nós temos que unificar aqui o entendimento, esse é o meu principal objetivo junto vocês aqui. Então, nesse momento, o DEMHAB está fazendo o plano de trabalho. Não terminou esse plano de trabalho ainda. Então...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. CARLOS ROBERTO COMASSETTO: Então, tudo que está mal feito...

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Gurias, depois vocês falam, está bem?

SR. CARLOS ROBERTO COMASSETTO: Meninas, eu sei, mas tudo o que está mal feito, a gente corrige, tem que fazer bem-feito.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. CARLOS ROBERTO COMASSETTO: Então, eu quero dizer aqui é o seguinte: o responsável por fazer a entrada, a porta de entrada, é o Município, e o Município está fazendo. Então aqui eu já digo: chegou lá nos nossos ouvidos que tem liderança que diz que dá para cadastrar, tem liderança que diz que não dá para cadastrar. As lideranças ajudam a fazer, mas não são elas que determinam quem entra e quem não entra. E aqui, com carinho, as lideranças precisam nos ajudar, então tem que estar sintonizado. E, inclusive, se vocês quiserem, a gente pode fazer uma reunião só com as liderança para esclarecer, bota todo mundo na sala, o que pensa A, B, C ou D, porque agora tem que unificar.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Exatamente. Comassetto, a gente agradece, eu acho que tu conseguiste falar como está fazendo...

SR. CARLOS ROBERTO COMASSETTO: E eu concluo dizendo uma última parte: aqueles que estão aqui, cuja casa caiu, ou cuja casa não poderá mais ser utilizada, está em risco, esses aí, sim, o DEMHAB tem que fazer um laudo particular dela – vai ali, verifica, assina que ela vai cair, e ela vai no cadastro, e essa pessoa já se qualifica para receber um imóvel que poderá ser no mesmo local ou poderá ser em outro local diferente.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Obrigada, Comassetto...

SR. CARLOS ROBERTO COMASSETTO: Eu tenho muito mais o que falar...

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Eu sei, nós sabemos, mas o fato é esse, a gente procura condensar, e eu acho que as gurias aqui, quando elas interrompem a fala é porque é isso mesmo, é essa ansiedade: “Vem cá, eu quero saber como é que eu vou morar?! É isso, eu estou com uma casa que, daqui um

pouco, vai cair na minha cabeça”. Mas objetivamente, nós, como o Comassetto indicou que vai muito para a porta de entrada, que é o Município, então, o Município vai nos esclarecer agora. Mas antes, Luis Antônio, eu só quero passar para o nosso querido colega, Ver. Pedro Ruas, porque ele quer fazer uma saudação a essa nossa reunião, a essa participação, e, em seguida, eu passo para o Luis Antônio, está bem?

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado às companheiras da educação; meu colega, engenheiro Comassetto, de tantos anos; pessoal do Estado, do Município, subprefeito, amigas, amigos. O que eu quero dizer é o seguinte – vejam bem, por favor, e serei muito breve –, o direito de morar é um direito previsto na Constituição Federal. Então, vocês não estão – Paulo Guarnieri, meu grande amigo –, vocês não estão fazendo nada mais do que garante a Constituição Federal, então vocês não estão pedindo demais, vocês estão pedindo até de menos, vocês estão aguentando, há muito tempo, sem morar. Nós começamos pelo local mais direto, que é a Prefeitura; vai para o indireto, que é o Estado, e o maior, que é a União. Agora, como é que essas esferas de poder vão se acertar não é problema de vocês – não é. Tem que dar a casa, tem que dar a casa para morar! Agora, se é o Município que dá, o Estado que dá, a União que dá, isso é depois, isso não interessa – não interessa; o que interessa é que vocês tenham onde morar, que o teto não caia na cabeça e que não entre água pela janela. Então, essa exigência de vocês que a Comissão, muito apropriadamente, por proposta da Ver.^a Biga Pereira, presidida pelo Ver. Alvoni Medina, traz é excelente – excelente – por quê? Porque traz para vocês, na minha visão – na minha visão – a oportunidade de reivindicar já o que já devia estar, há dois meses, um mês e meio, encaminhado – já! Já passou tempo demais, já passou demais...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Exatamente. Então, pessoal, o meu motivo de fazer essa manifestação agora, não posso ficar porque estou de reunião também, agradeço, Ver.^a Biga, essa gentileza, é dizer o seguinte – o Paulo Guarnieri, me conhece há muitos anos –, vocês têm esse direito desde sempre. E o que precisarem – o que precisarem – para exercer esse direito, podem contar conosco na comissão, e comigo pessoalmente, faço questão. Muito obrigado. (Palmas.)

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Obrigada, Ver. Ruas. Eu quero aqui saudar também o Bruno José, nosso amigo, morador aqui da Farrapos, que tem nos ajudado bastante aqui no acolhimento às pessoas. Nós, inclusive, ali no Marquinhos, que foi o local que o Bruno nos indicou, já fizemos muita distribuição, Alvoni, distribuição de quentinhas para o pessoal ali no foco, que não tinham condição, não tinham nem um fogão, nem uma casa. Nós distribuímos muitas quentinhas ali, fizemos o varal solidário, muitas ações aqui na Farrapos. E nós, gente, acho que vocês estão sabendo, nós, junto com Instituto Se Fosse Você?, com os Discípulos de Rao e o Sobre Nós abrimos uma lavanderia comunitária aqui na Vila Farrapos. Está aqui, eu gostaria que levantasse a tia lula, é na casa da tia lula a lavanderia. A lavanderia já está funcionando, por favor, gente, participem. Roupas sujas se lava coletivamente. Então, vão lá na tia lula, vocês vão lavar roupa, secar e vão levar a roupa sequinha para casa. Só que a tia lula precisa também de voluntárias, não é ela que vai pôr a roupa na máquina, tirar da máquina, pôr na secadora. Ela cedeu a casa dela para isso e está ajudando. Mas aí: “Eu posso ficar na segunda, eu posso ficar na terça, eu posso ficar na quinta.” Digam isso para a tia lula e vamos fazer com que a lavanderia comunitária aberta seja uma política permanente na nossa cidade.

Então, obrigada, tia lula, por esta ação que a senhora nos proporcionou para fazermos essa lavanderia. Obrigada, Ruas, e eu passo agora para continuar este tema, que é o principal, sem dúvida nenhuma, para a Secretaria de Habitação. Agora vai ser com a habitação e com o DEMHAB. O Município agora vai nos

esclarecer o que eles já fizeram, certo? E o que vão fazer, né, gente? Agora o DEMHAB pode vir para a frente.

SR. LUIS ANTONIO STEGLICH COSTA: Só para esclarecer, eu estou representando o DEMHAB e a Secretaria de Habitação.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Ah, pois não.

SR. LUIS ANTONIO STEGLICH COSTA: Então, do DEMHAB, a Valesca, diretora de engenharia, arquitetura e urbanismo, e a Leonara, diretora de projetos sociais. Nós estamos aqui com o Ramiro, o Diego e a Rosane, que são da nossa equipe e têm um papel... Desculpe, sou Luis Antonio, secretário adjunto da SMHARF. SMHARF é o apelido da Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária. Saúdo a Ver.^a Biga, sempre gentil em nos chamar e nos pedir para estarmos presentes, Ver. Alvoní, com quem tivemos bons trabalhos, principalmente lá na Conceição, época em que eu estava na SMIC. Também saúdo o Comassetto, uma relação de longa data, sempre uma relação muito íntegra, com quem fizemos bons trabalhos juntos. Mas hoje eu estou na habitação. Nós tivemos aqui, há exatamente 15 dias, um FROP justamente da habitação. Estivemos discutindo com a comunidade aqui e fomos bem recebidos com um carinho enorme pela Alcema também. Estava presente a Secretaria de Saúde do Município, representada pelo Jair, e também a FASC esteve presente. A gente teve uma discussão bastante longa e bastante proveitosa. Mas o público da noite é sempre um público diferente do dia por “n” razões.

Nós temos uma quantidade que superou 30 mil moradias atingidas, superou facilmente. Tivemos, segundo consta, em torno de 20 mil moradias que, de alguma forma, foram danificadas, e tivemos cerca de 12 mil moradias que foram muito danificadas ou destruídas. Eu vou deixar para a Valesca falar sobre a parte de engenharia, a parte das residências, a parte dos projetos de realocação, e para a Leonara falar sobre a parte social. Vou compartilhar meu tempo para que nós possamos ter visões diferentes e complementares.

Então, passo direto para ti, Valesca, e tu complementas.

SRA. VALESCA RONCATO: Boa tarde, pessoal, agradeço a nossa convocação. A gente vai tentar mostrar, falar para vocês o que nós já estamos fazendo. Qualquer coisa, meus colegas que também estão envolvidos nos ajudam aqui. Então, nós temos casas destruídas, casas interditadas – não estão no chão, mas estão quase no chão –, temos casas que simplesmente se limpam e podemos voltar, e tem outras que já eram precárias antes e, depois de tantos dias debaixo d'água, devem estar bem piores, a gente sabe disso. Só que é o Município que faz esse encaminhamento para o federal para as habitações. Para isso, a gente ainda está com apoio do Estado, que é para laudar essas casas; a gente precisa colocar todos esses processos, todas essas casas, dentro de um sistema chamado S2iD, que é da Defesa Civil Nacional. Então, qualquer habitação que for para essas casas que foram destruídas, ela tem que passar por esse sistema, ela tem que receber um laudo do engenheiro e ela tem que ser aprovada pela Defesa Civil Nacional. Nós encaminhamos sim, o Município vai ser a pessoa que vai encaminhar. Nós temos que ter o Registro Unificado – depois a diretora pode dar mais um reforço sobre esse registro que a gente tem que concluir –, porém, tem todo um passo a passo, gente.

Diferentemente de outras cidades do interior, onde a enchente passou e levou as casas embora, uma foto de satélite, de drone, era suficiente para mostrar que antes tinha casa e que agora não tem mais. No nosso caso aqui em Porto Alegre, a enchente chegou, inundou, mas não levou as casas; danificou, mas não levou. Então, um drone, uma foto de satélite não nos ajuda. O nosso trabalho fica mais complexo porque nós temos que ir de casa em casa para poder fazer esse levantamento. Isso já deve estar acontecendo lá com vocês, não está? Então, nós temos que fazer as fotos, os engenheiros estão indo...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. VALESCA RONCATO: Nós estamos verificando qual é a situação, estamos fazendo os laudos. Vão ter que checar junto ao Registro Unificado e isso vai ser feito e colocado num processo, num sistema S2iD, que vai para o governo federal fazer a análise final, e assim que esses dados baterem é liberado para compra assistida ou para outras demandas de habitação. Assim como o Comassetto falou, a prioridade, sim, é para os diques, para onde a gente precisa reforçar para que isso não aconteça de novo, é a nossa segurança. Está bem?

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Está bem, Valesca. Leonara, tu tens agora só um pouquinho de tempo restante.

SRA. LEONARA MILETTO TONETTO: Boa tarde. Sou assistente social da Prefeitura. Atualmente sou diretora de projetos sociais, e uma coisa importante, a gente sabe que o Humaitá é uma região que a Prefeitura tem muita dívida. Eu estou do DEMHAB há 24 anos. O cadastro do PIEC – Programa Integrado Entrada da Cidade – foi dos anos 2000, é uma região que foi duramente atingida e muitas pessoas ficaram abrigadas. Então, assim, o que é importante vocês saberem. Qualquer benefício, tanto do Município, quanto do Estado, quanto da União, precisa que vocês colaborem fazendo a inscrição de vocês. A gente precisa que vocês entrem e façam a inscrição no Registro Unificado da Prefeitura, para que a gente possa ter o nome e o endereço de vocês. Penso que todos vocês devam ter, senão, depois a gente pode estar passando o endereço, mas é uma plataforma que a Branet desenvolveu, que é bem fácil de preencher e que a gente pode ajudar vocês, inclusive, a preencher no DEMHAB, pois temos postos avançados também. Esse registro foi ampliado até o dia 26, em função do auxílio reconstrução do governo, que vocês ainda podem estar recebendo. E a gente precisa também que vocês revisem seus dados no Cadastro Único, que é o que gera o número de inscrição social. Por quê? A gente vai precisar juntar os dados de vocês aos laudos que vão ser feitos pelo Município e pelo Estado das unidades habitacionais, das edificações que vocês moram. As edificações precisam ser avaliadas, no conjunto ou uma a uma,

dependendo da região. Isso já iniciou, inclusive, tem peritos contratados pelo Estado que começaram a laudar as casas aqui da região. São 22 equipes trabalhando. O Humaitá é uma das prioridades, inclusive, é a nossa prioridade, uma das nossas prioridades. Nós tivemos uma reunião, esta manhã, com a secretária Simone Somensi, e a gente já tinha algumas intervenções aqui, iniciamos com a Casa de Passagem Frederico Mentz, Acesso 6, Pampa, casas ecológicas, casas ecológicas do Humaitá, ali na Mário Quintana. A gente permanece à disposição de vocês para registro. Por que eu estou enfatizando o registro? Depois dos laudos das unidades, possivelmente vai ter casas que não vai ter ninguém ali, porque as pessoas não têm condição de ficar ali. Então, no Registro Unificado vocês vão colocar o nome de vocês, CPF, NIS e o endereço. A gente vai precisar casar o laudo com esse endereço. Quando a gente está passando, vai com alguém do DEMHAB junto. E a gente pergunta para um vizinho quem é a pessoa que mora, o dono da casa.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. LEONARA MILETTO TONETTO: Bom, não podem responder pela casa dos outros. Por isso que a gente também conta com as lideranças.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. LEONARA MILETTO TONETTO: A gente está trabalhando em parceria, o Município não consegue trabalhar sozinho, então a gente busca recurso da União, do Estado e do Município. Estamos indo identificados com colete, mas o Estado tem só um crachá. Eu até perguntei sobre isso, eles têm um crachá impresso colorido, um crachá, não é nem semelhante a esse aqui que eu estou usando, é um crachá, eles não têm nenhuma identificação, assim, de colete e tal, mas eles têm aquele crachá de identificação. O DEMHAB tem acompanhado esses peritos para que vocês tenham um pouco mais de segurança em receber a equipe do Estado que está trabalhando. A gente está à disposição, acho que

as perguntas podem elucidar qualquer dúvida que vocês tenham, e o DEMHAB está sempre aberto para responder as suas perguntas, inclusive na sede.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Obrigada. Agora, vamos passar a palavra para o Jair, que é o subprefeito daqui. Todos vão ser ouvidos, todo mundo que quiser falar tem o direito à palavra por três minutos cada um. Eu vou pedir isso para que o maior número de pessoas possa usar a palavra.

SR. JAIR LUIS BACKES: Boa tarde a todos. Na pessoa da Mari e da Dina, eu cumprimento todo mundo presente aqui e agradeço o espaço. É importante salientar três coisas que foram citadas em relação à saúde, que não tinha ninguém da saúde aqui e da FASC também não temos ninguém aqui. Só queria fazer um reforço depois por conta do DEMHAB. Importante salientar que a saúde está trabalhando incansavelmente, desde o dia 5 de junho, em duas frentes, em duas frentes, inclusive, com atendimento de saúde mental, com dentista e com todos os atendimentos médicos. Isso a população está vendo, nós estamos no CTG Vaqueanos da Tradição, no Humaitá. Estamos aqui na praça do SESI com a carreta, já montamos, isso é importante, Abigail, já montamos, no Mário Quintana, as barracas do SESI para a gente poder começar a retornar o atendimento no Mário Quintana, no Fradique estaremos a partir da semana que vem, no máximo na próxima, montando também para retornar os atendimentos no Fradique. Estamos atendendo no Navegantes e retomamos, há duas semanas, se não me falha a memória, os atendimentos do Pestana, lá na igreja. Todas as nossas unidades de saúde foram atingidas, perdemos todos os equipamentos e todo o material, mesmo assim, todos os profissionais e todas as profissionais da saúde estão trabalhando incansavelmente, inclusive aos sábados e domingos, desde o dia 05 de junho.

(Manifestação fora do microfone.) (Inaudível.)

SR. JAIR LUIS BACKES: Não, Marí, vamos ser justos. Na última na última semana, sábado de manhã, eu estive aqui no Sesi, e o pessoal esteve trabalhando. Sábado, está aí a Dina para confirmar, porque a gente pega a energia elétrica emprestada até aqui com o ... (Ininteligível.) Então, estamos trabalhando em todas as unidades. CRAS, nós estivemos aí para fazer o cadastro unificado, com dois postos avançados, lá no CTG e aqui na praça do Sesi, que agora estão atendendo aqui no Fé e Alegria. Continuamos com os atendimentos em todas as frentes, a nossa subprefeitura também alagou, perdemos tudo, ainda não temos uma sede para nós, estamos trabalhando dentro da comunidade. E continuaremos sempre à disposição. Inclusive, ontem, estive lá conversando com a Mari, na Liberdade, conversei com a Priscila, acompanhando o Ivan.

(Manifestação fora do microfone.) (Inaudível.)

SR. JAIR LUÍS BACKES: Está bem, te dei oi, deixa eu corrigir, dei oi para a Mari, na Liberdade, e acompanhando o Ivan dentro da Liberdade.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Está bem, mas nem falou onde é que estão as telhas, gurias. Gente, o Comassetto vai ter que se retirar, de verdade, então ele vai usar de um minuto aqui para se despedir, a gente concede a palavra e agradece já Comassetto, nosso integrante do Ministério da Reconstrução.

SR. CARLOS ROBERTO COMASSETTO: Muito obrigado. Eu não vim sozinho aqui, esqueci de anunciar o Maister, que está ali e que faz as nossas relações comunitárias; o Inácio e o Guilherme, que também estão aqui. Nós estamos aqui representando o ministro Paulo Pimenta e essa política que o governo Lula está implementando numa parceria, Município, Estado e a União. Não é um tema fácil. Nós estamos à disposição para poder receber, principalmente as lideranças, eu vejo aqui o Rodrigo, o Bruno, enfim, vários outros que estão sempre com vocês aí, de uma maneira ou outra. Então, se houver dúvidas, se

houver discussão diferente, não tem problema, a gente recebe para ajudar, junto com o CRAS aqui, inclusive, a tirar essas dúvidas. Agora, a responsabilidade de quem indica às pessoas é do Município, e o Município acolhe todos aqueles que estão dentro do mapa que tem que ser colocado.

Então, queria deixar um abraço, pedir licença à Abigail, a todos aqui, e estamos à disposição para continuar esse trabalho. É longo. Um abraço.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Obrigada, Comassetto, um abraço ao ministro Paulo Pimenta.

Gente, nós ouvimos aqui e nos informaram sobre a educação, sobre as escolas fechadas, quando voltarão, sobre a saúde, onde está funcionando e sobre a habitação. Foi isso, né, Alvoní? Nós ouvimos e agora a gente quer ouvir vocês. Para nós nos organizarmos, e nós queremos ouvir o máximo de pessoas aqui, por isso, Mari, que a gente sugeriu os três minutos, para que a gente dê oportunidade para outros vizinhos poderem falar. Vamos lá, olha só, nós temos aqui inscritos, e vocês prestem atenção para ver se é isso mesmo, se alguém não foi pego e quer ainda falar, a gente aceita as inscrições. Prestarem atenção quem fala depois de quem: primeira a falar Mari, depois Lidiane, Paulo Guarnieri, Vera Lúcia, Airton, Bruno, Dinamara, Bruno José, e Lula. Mais alguém? Pode dizer aqui para a Bia, enquanto a Mari vai falar. E vamos combinar nos três minutos, assim todo mundo pode falar? Falem o nome de vocês completo para sair no registro da Ata da nossa reunião.

SRA. MARIA ELISE BORGES DA ROSA: Boa tarde a todos, meu nome é Maria Elise Borges da Rosa, sou moradora da Comunidade Liberdade. Pessoal, primeiramente, a nossa dúvida aqui do pessoal da Liberdade, que nós queremos saber cadê o compromisso que o DEMHAB tinha conosco desde o incêndio. Nós temos um compromisso, nós temos esse papel, em ofício, que vai ser apresentado no decorrer da reunião. Segundo, o pessoal do DEMHAB está passando nas casas, Abigail, fazendo esse cadastro. Antes de acontecer essa reunião, eles já estavam batendo na nossa porta, desde ontem à tarde, para

fazer esse levantamento desse cadastro para a compra assistida. Tranquilo, vamos para a compra assistida. Na Liberdade, pessoal, tem muita gente que trabalha com reciclagem, como a gente fala na nossa língua, Abigail, a gente é cria da Vila Farrapos, a gente tem direito de permanecer aqui dentro da Vila Farrapos. E hoje a luta aqui do pessoal da Liberdade – tem muitos que, sim, que querem sair –, o pessoal da Liberdade sabe que quem quiser ir embora tem o direito de ir, mas nós queremos que respeitem o pessoal que quer ficar. E a gente tem uma área bem grande, que foi aonde aconteceu o incêndio, que dá para começar com as nossas moradias. E o pessoal está indo na porta também, para dizer que é o dinheiro que o governo federal passou, que é o que o Estado pode fazer. Eu estou falando para os meus vizinhos que o governo federal não está aqui dentro do Estado para saber a situação de cada comunidade. Ele repassa o dinheiro, mas quem tem essa obrigação de fazer isso de forma honesta, com cada morador que mora aqui, é o Estado, é a Prefeitura. Então, eu só estou aqui para pedir um pouco de respeito pela Comunidade Liberdade, que não está tendo esse respeito há muito tempo. Eu estive em uma reunião que a senhora estava presente, foi passado isso, e ontem eu achei uma falta de respeito do pessoal do DEMHAB, indo de porta em porta, sem organizar os moradores e passar para eles o que estaria sendo feito. Cada um foi numa porta, cada um falando o que queria. Eu só queria deixar isso bem claro. Obrigada, Biga.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Obrigada, Mari. A Sra. Lidiane está com a palavra.

SRA. LIDIANE: Boa tarde a todos. Sou moradora da Farrapos, nasci e me criei aqui, moro nas casas de passagem, represento tanto a casa de passagem como toda a Farrapos, que sofreu essa catástrofe, e todos foram atingidos, perderam suas casas, seus pertences, que conquistaram com muita luta; muitos sonhos foram jogados fora. Como a Mari falou, eu vou citar aqui: o governo federal, todo mundo sabe, que botou na televisão, na internet e tudo, que vai dar direito à

casa, moradia digna para todos, só que o governo federal destina o valor para o município, e a gente quer saber do Município, da Prefeitura, quanto tempo isso vai levar. Porque faz anos, eu nasci e me criei aqui, faz 17 para 18 anos que estou na casa de passagem, que é uma casa de passagem, e ali só vão empurrando com a barriga. Dali a gente estava esperando bônus-moradia, que faz dois meses que foi terminado o cadastro. Veio essa catástrofe toda, procurei a secretária Simone – antes era o secretário André Machado, agora não, é a Simone –, e ela nos disse que a gente tem direito da compra assistida. Ontem estive lá com ela, a portaria saiu, só que ela não tinha o que nos falar porque ela tem que ler, reler e ver como é que vai fazer. Só que eu sei que, depois que passa do governo federal para o município, é o município que é responsável para dar as nossas casas, nossas moradias dignas. Enquanto isso, não sei quantos meses vão levar, se vão levar dois meses, um ano, dois anos, dez anos, não sei, enfim, como é que fica a situação das casas de bombas, porque está todo mundo querendo casa aqui, entendeu? O nosso direito de ter as nossas casas, a gente sabe que a gente tem, só que, e as bombas, como é que ficam? Os diques estouraram, comportas estragadas, sem manutenção faz anos. Um mês, dois meses, três meses, quatro meses, um ano que levar para dar essa compra assistida para o pessoal, o pessoal vai permanecer morando nas casas, mesmo sem ter condições de morar; vão ter que fazer nem que seja um barraquinho, botar uma lona, tampar com lençol os buracos que ficarem nas casas, mas vão ter que continuar ali, porque não tem outro lugar para ir. A gente quer saber quanto tempo vai levar; a portaria saiu ontem. Qual é o prazo, qual é a garantia de que a gente vai ter direito de ganhar as nossas casas o mais rápido possível? A gente já não aguenta mais, é inadmissível a gente viver numa comunidade que quando vai dar uma chuva – os moradores têm que ter o seu lar para se acolher dentro de casa –, a gente fica em pânico porque vai alagar e vamos ter que sair com a família. Então, eu quero a garantia. O DEMHAB, ontem eu estive lá, falei para a Simone, está na hora de trabalharem, o Município junto com o DEMHB, e fazerem alguma coisa, o quanto mais rápido possível. Muito obrigada. (Palmas.)

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Obrigada, Lidiane. O Sr. Paulo Guarnieri, essa grande liderança, nosso amigo, está com a palavra.

SR. PAULO GUARNIERI: Obrigado pela grande liderança, 1m86cm. Bom, gente, saudação a todos e a todos, vou rápido e direto ao assunto. Quando nós tratamos habitação, vereador e vereadora, nós temos que considerar bem mais que as quatro paredes, muito mais que isso, porque morar tem um custo, e se não houver possibilidade de geração de renda, a moradia fica inviabilizada, a gente não consegue sustentar o custo da habitação. Então, esse talvez seja o principal tema. Qual é a geração de renda dessas famílias, aqui nesse território? Atividades da Arena, um movimento intenso, produção familiar, comércio informal, tudo precário e informal, mas é a maneira que eles ganham a subsistência. E serviços, notadamente a guarda de automóveis. Quatro finais de semanas de jogos sustentam famílias o mês inteiro com a guarda de automóveis, só com a guarda de automóveis. Os catadores, são mais de 1.500 catadores de resíduos recicláveis nessa região, e são famílias que moram aqui há mais de 40 anos e que com duro trabalho, trabalho de conscientização, de educação para a separação de resíduos, eles educaram síndicos de condomínios e pequenos comércio dessa região; estabeleceram suas rotas de coleta, e aqui eles construíram suas estruturas de trabalho, precárias, é verdade, mas é onde eles ganham o seu sustento. Ali eles têm suas parcerias de trabalho. Se essas pessoas forem espalhadas pela cidade, elas morrem de fome. Esse é o antigo método, dispersar as pessoas para as regiões longínquas. É o antigo método e que a gente sabe que não dá certo. As pessoas acabam vendendo a chave e voltando para zona de ocupação intensiva. Então, qual é a agenda? É a preservação das população de baixa renda que mora no território. (Palmas.) É a correção do sistema de cheia, regularização fundiária e urbanística de todas as áreas especiais e irregulares dessa região, a recomposição, a reforma, a manutenção e qualificação dos loteamentos do PIEC, porque essas pessoas não mudaram de situação socioeconômica, e eles não conseguem fazer frente a

esse gasto. E ali é concessão de uso, a propriedade é pública, não é propriedade das pessoas. Então, o poder público tem responsabilidade com esses loteamentos do PIEC na manutenção, na reforma e na qualificação.

Para finalizar, eu quero entrar direto na pauta da Vila Liberdade. Eu tinha muita coisa, porque era esse o tema, mas como ampliou, eu não pude me deter muito na Vila Liberdade. Mas eu quero só ler um trecho do que foi encaminhado à Câmara de Vereadores, em resposta a um pedido de providências feito em 2017, porque em 2013 foi o incêndio, dois anos era para o reassentamento, as casas provisórias eram para durar dois anos, estão até hoje, e passados quatro anos, através da Câmara de Vereadores, nós, com a Mari, ali fizemos um pedido de informações. A resposta foi qual? Vou responder, foram 13 questões, vou ler só a 13ª, que diz o seguinte: a área da vila Liberdade, que atualmente pertence ao Estado – isso é uma informação importante – está em fase final de tratativas para transferência ao Município; então, uma área do Estado, que foi transferida ao Município, para quê? Quando a construção de unidades habitacionais, essas acontecerão por meio do programa Minha Casa, Minha Vida ou sucessor. Esse é o compromisso, esse é o compromisso da Prefeitura com a comunidade; a associação Desabafa vai lutar junto, ombro a ombro, com a comunidade.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Obrigada. Paulo Guarnieri, só fazer esse registro: eu já reuni com ele, ficamos uma manhã toda lá na nossa bancada, não é, Mari, reunindo com Paulo Guarnieri; ele, de verdade, tem o domínio de toda essa região, 4º Distrito todo. Eu tive algumas aulas com o Paulo Guarnieri, viste, Alvoni, que domina bem os problemas aqui da região. Obrigada, Guarnieri. Vamos retomar – passe esse documento aqui para minha assessoria. Essa comissão, tiramos já como encaminhamento retomar essa questão da vila Liberdade. Passo para Vera Lúcia, em seguida ao Airton.

SRA. VERA LÚCIA SILVEIRA MEIRA: Boa tarde, eu só tenho duas perguntas, uma é para o DEMHAB, outra para Prefeitura. Para o DEMHAB, para que está servindo aquelas pessoa passarem na porta casa para cadastro, se eu moro há

30 ano na vila, no caso 30, estou cheia de promessa, eu não quero aluguel social, eu só quero que arrume a minha casa, só isso. E eu não vou sair dali. (Palmas.) Para a Prefeitura, por que estão escolhendo as pessoas que têm direito de ganhar o rancho. Eu estou indo no CRAS, estou indo ali, e o meu nome não aparece, por quê? Muitos ganharam, e eu não ganho. Então, eu tenho condições? O que, os R\$ 2 mil ou R\$ 2.500,00, que seja, do governo, se é para mim, que eu não tenho direito, porque eu ganho R\$ 1.400,00; agora eu pergunto para vocês: quem ganha R\$ 1.400,00, para quem perdeu tudo dentro de casa, que hoje está ganhando doação para poder sobreviver, vai poder se manter? Eu só quero uma coisa, que o DEMHAB me prometa: arrume o meu barraco e deu, porque daqui eu não saio. (Palmas.) Para sair daqui, para sair daqui, só se o pessoal da Prefeitura, o DEMHAB mandar lá me matar, porque eu não vou abrir mão do meu canto. Criei cinco filhos ali, bem-educados, porque todo mundo diz que vila é lugar de marginal, nosso lar. Trabalhei a vida toda para hoje ganhar R\$ 1.400,00 e me dizerem que eu não tenho direito, nem à cesta básica, nem R\$ 2 mil ou R\$ 2.500,00, por quê? Se ganhar um Pix; o Pix não foi dado do governo, mandaram. Eu não tenho estudo, mas ninguém passa eu para trás. Eu peguei os R\$ 5.100,00. Tá, o do Município, eu não peguei nada, nem uma cesta básica. Sabe de onde que eu ganhei cesta básica? As pessoas que moram em outros lugares que não foram atingidos, vieram trazer.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Obrigada, Vera. Gente, nós temos que acelerar aqui porque o tempo passa. Temos o Ailton Merel, depois o Bruno Matos.

SR. AIRTON MEREL: Sou conselheiro do Orçamento Participativo – OP, só queria fazer duas perguntas aqui, uma para vereadora e outra para o vereador. Sou conselheiro já no segundo mandato aqui, 2022, 2023 e 2024. Foi informado, no dia, na secretaria, já passei na outra reunião que tinha, ali junto com o DEMHAB, aqui nós temos 14 áreas irregulares, dessas 14 áreas irregulares, foi passado para o prefeito qual é a situação que ia ser tomada, do DEMHAB. Tive

várias reuniões com o André Machado, mudou a secretaria, só que em todas as reuniões nada andou a pé, de sair alguma coisa, que fosse sair alguma construção de moradia, e nada saiu de moradia, de moradia do DEMHAB. Então eu acho, assim, muito para o conselheiro, que o conselheiro vem passar para os moradores da região Humaitá/Navegantes. Tu fazes as visita, e nada acontece dentro da Câmara de Vereadores e dentro da secretaria. Então, outra secretaria também, da Saúde – dia 16 de janeiro deu o primeiro temporal, desabou todo o telhado lá do Pestano; conversei com o secretário, marquei reunião com o secretário, para ter uma solução: “Ah” Não tem dinheiro.” Foi disponibilizado, tinha R\$ 900 mil do OP. Eu digo: conversei com os delegado, com os conselheiros para disponibilizar R\$ 200 mil para fazer a reforma. Nada aconteceu – a mesma coisa. Aí tu vais, conversa com a secretaria; a secretaria vai lá, vem aqui, é a mesma coisa que tu vir aqui mentir para comunidade, mentir para população, uma coisa que não vai acontecer, uma coisa que não vai acontecer! Outro: DMAE, a mesma coisa; fiz várias visitas com o DMAE. A subprefeitura, está toda hora mudando o subprefeito, já mudou, acho que é o terceiro ou quarto, quem manda lá não é a comunidade, quem manda lá é o partido. Então, assim, tu ficas com as mãos atadas, tu pedes para o subprefeito, e as coisas não acontecem. Então, tu ficas perguntando: DMAE, várias visitas dentro da Santo André, precisamos... Secretaria de Saúde, Secretaria de Habitação, várias demandas, nenhuma resolvida. Então, tu ficas, assim com as mãos atadas. O conselheiro do OP não consegue fazer nada. O conselheiro não ganha nada, ele apenas vem trabalhar pela comunidade e pelo local onde ele mora. Então, era isso que eu queria deixar dito para os outros vereadores que estavam ali, e não é vir aqui, dar discurso de emenda parlamentar – emenda parlamentar é um dinheiro que é nosso, um dinheiro de R\$ 1,5 milhão, enquanto um conselheiro do OP, nas 17 regiões, ganha R\$ 800 mil, R\$ 900 mil. É um descaso. Um vereador ganha R\$ 1,5 milhão sozinho, e a maioria é para fazer campanha política.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Tudo bem, Airton. Bruno Matos; depois, a Dinamara.

SR. BRUNO MATOS DA SILVA: Boa tarde, companheirada, sou Bruno Matos da Silva, morador aqui da Vila Farrapos e secretário geral da União da Associação dos Moradores de Porto Alegre. O que aconteceu aqui na nossa região não é novidade para ninguém; cada chuva que dá, alaga; cada chuva que dá, a gente tem que correr atrás de lona, atrás de alojamento e assim por diante. É um pânico constante, como disse a Lidiane. E assim, a última chuva que deu, em março, aquilo não foi por acaso; aquilo lá tem o papel da Prefeitura, que foi negligente com as casas de bombas, com os diques, com as comportas. Faltou o Poder Público fazer o que ele deveria ter feito há muito tempo, porque não foi avisado em março o que estava por vir, foi avisado muito antes disso. E também não adianta nada o governo federal do Presidente Lula deixar recursos disponíveis, abrir os programas, se a Prefeitura não escreve os projetos, se a Prefeitura não cumpre os prazos, se a Prefeitura não escreve para o auxílio-reconstrução – é por isso que muitos ainda não pegaram os R\$ 5,1 mil. Não é por conta do governo federal, é por conta do prefeito Melo. Isso tem que ser dito! Isso aqui tem que ser dito! E assim como o auxílio-reconstrução tinha data para se inscrever, os outros programas também têm data. E eu pergunto aqui para o DEMHAB: qual é o prazo? Qual é o prazo para as famílias terem as suas casas? Qual é o prazo? Porque, ontem, eu reuni com a secretária Simone, e ela falou que não tinha prazo. Como é que funciona isso? Está todo mundo brincando no DEMHAB? Porque as famílias que estão aqui não estão de brincadeira. Então eu quero encaminhar aqui, Biga, já para a gente pensar um plano de trabalho para aquelas casas que já estão prontas para serem entregues, lincar isso com as comunidades que são prioridade e que têm disposição de ir para esses locais. Então já quero deixar aqui esse encaminhamento; e, para o DEMHAB, retorno à pergunta: qual é o prazo? A gente tem que sair daqui com esse encaminhamento para que essas famílias tenham as suas casas o quanto antes. Obrigado, Biga.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Obrigada, Bruno Matos. Agora, é a Dinamara; depois, o Bruno José.

SRA. DINAMARA LAUX DA SILVA: Boa tarde a todos. Eu só queria perguntar uma coisa: casa de bombas, *ok*, ganhamos duas bombas; ganhamos, não, era direito nosso, duas bombas flutuantes que estão muito bem, diga-se de passagem. Está com o motor dela na *freeway*? Está. Não está no local? Não está ainda, mas está. Eu queria saber sobre a dragagem do rio, que teve uma coisa muito importante, principalmente para as regiões que foram atingidas, e não foi divulgado pela Assembleia Legislativa sobre a dragagem do rio, porque não adianta casa, não adianta benefício e não adianta rancho, se nós não dragarmos aquela areia que está lá. No domingo retrasado, teve um embargo de serem tiradas as areias do rio pelo Ministério Público Federal, e a gente sabe que isso é uma lei, que são os ambientalistas que não permitem o rio ser dragado há mais de dez anos. Eu acredito que, se ele tivesse sido dragado como deveria, essa água, com certeza, não teria vindo nessa proporção e não teria ficado quase 30 dias dentro das nossas casas. Então eu digo assim, gente, a gente tem que buscar, brigar por habitação, para as escolas voltarem ao normal; o rapaz até fugiu daqui, o rapaz do Estado que disse que vai ser no dia 5 de agosto, só se ele fizer mágica, porque eu fui em todas as escolas, começando por essa aqui. Como é que, em menos de 30 dias, tu vais recuperar uma escola? Não recupera, então não mente para o povo. As meninas aqui, a Júlia me conhece muito bem; o Ramiro, que hoje trabalha no DEMHAB, me conhece muito bem, são 23 ano trabalhando com SMED e com FASC, não tenho papas na língua quando tenho que defender e gosto das coisas diretas e retas. Mentira que no dia 5 essas escolas vão estar funcionando. Mentira se a Júlia tivesse dito que dia 5 a Tecnobaby estaria funcionando. A gente está em um processo ainda, já assinei o termo aditivo no dia 1º, o recurso não entrou. Está lá a obra funcionando? Está, porque eu dei um peitão para a empresa. Eu disse: “Se tu me abraçares... Mas um dia eu vou te pagar, quando a Prefeitura me pagar”. O Ramiro sabe que eu não espero – agora, está no DEMHAB, há uns dois ou três

anos –, eu sou de dar peitão, mas não são todos que fazem isso. Então eu queria saber de vocês, Poder Público, olhando nos olhos de cada um de vocês, o que esperar para o final de agosto, para o começo de setembro? O que o Município tem para nos devolver, Estado e federal? Nada. Ninguém pode garantir que nós não vamos estar piores do que nos encontramos hoje. É só essa a pergunta que eu deixo aqui, porque são os recursos humanos, eles são obrigados. Esses ambientalistas não perderam o caso, nós perdemos.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Isso aí. Obrigada, Dinamara. Bruno José; depois, a lula.

SR. BRUNO JOSÉ DE OLIVEIRA: Bom, primeiro, eu quero desejar boa tarde a todos, na pessoa da Abigail, que é a nossa vereadora que chamou esta reunião aqui, e eu queria lembrar a fala da Mari, olhando para a senhora. A senhora é assistente social do Município, e a senhora passou de casa em casa falando que era uma verba do governo federal que tinha vindo, que estava vindo. Então assim, a primeira questão que eu queria levantar com o Município é que o Município precisa montar equipe, parar de amadorismo e montar equipe para passar nas casas. Entendeu? Porque, Jair, colocar os serviços públicos que já funcionam no CTG é fácil, gente, a estrutura do CTG está ali pronta, não depende do Município, depende do patrão do CTG, e aí vir para cá dizer que o CAPS, que perdeu o prédio, está funcionando ali, é o mínimo, gente, é o mínimo. Então assim, faz 23 anos que a força política que está hoje no Município, que é o Sebastião Melo, participa de governo – entra governo, sai governo. E a última fala do André Machado, quando esteve aqui, foi que o PIEC, que foi o último plano habitacional para a região, era com o dinheiro do Fonplata. A gente sabe, não precisa nos contar isso. Qual é o plano habitacional que vocês têm para a região? Vocês têm algum plano habitacional? Vai ter casa ou vai passar assistente social aqui querendo convencer morador que vive a vida inteira aqui, tem os pais aqui, tem os filhos de todas as escolas aqui, que tem que sair do

bairro, morar no Sarandi, na Santa Rosa? Como é que é isso? É essa a política habitacional do Município?

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Obrigada. Com a palavra a Sra. Iula.

SRA. IULA DA SILVA VALENÇA: Boa tarde. Meu nome é Iula da Silva Valença, eu sou moradora da Vila Farrapos, eu moro aqui dentro da Vila Farrapos. Qual é a minha pergunta? A minha primeira pergunta: Eu ouvi falar da Tecnológica, eu ouvi falar da Vila Esperança, ouvi falar alguns da Vila Farrapos também, só que eu gostaria de saber qual é o plano que o governo tem, que a Prefeitura tem, que a União tem para ajudar o pessoal aqui de dentro da Vila Farrapos, porque quando passam os caminhões mais pesados, a gente sente as casas tremerem. Eu, graças a Deus, tenho a minha casa, eu limpei parte da minha casa e consegui voltar, mas eu quero saber qual é o plano que se tem para ajudar o pessoal que mora aqui dentro da Vila Farrapos na questão de manutenção das casas, porque até agora eu não ouvi ninguém falar referente a isso. (Palmas.) As casas da Vila Farrapos precisam sim de manutenção, porque pra entrar pra dentro da minha casa, pra voltar ali pra dentro, eu precisei fazer alguns enjambres na elétrica, porque eu não tenho condições de trocar toda elétrica. A minha casa ficou a 30 cm pra ser coberta. Como estão as tomadas? Como está o forro da minha casa? Como está a casa em si, a estrutura dela, alguém tem alguma resposta para dar? Era isso que eu precisava saber. Eu vim aqui para perguntar isso, então talvez eu não use todo tempo, mas a minha pergunta é esta. Eu agradeço. Muito obrigada.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Obrigada. Com a palavra a Sra. Nara Regina Dutra Barreto.

SRA. NARA REGINA DUTRA BARRETO: Sou moradora da Av. dos Ferroviários, peço desculpas se eu chorar, estou muito mexida com toda essa situação. A minha casa é uma casa de madeira da antiga rede ferroviária, ficou

três semanas e tanto dentro d'água, não dá pra habitar. Estou fora de casa, estou morando com a minha filha do meio na escadaria da Borges, que foi aquele prédio que era do INSS e foi feito para moradia popular. O que eu acho, assim, uma das coisas inadmissíveis, além de a gente não ter ajuda e nem saber de tempo pra conseguir ajuda, pra restaurar tua casa, por exemplo uma idosa como eu, que trabalhei anos, que criei três filhos, que fiz tudo que podia fazer pra dar educação pros filhos serem pessoas do bem, tu ganhar um salário mínimo e tu não ter direito, nessa situação, a um aluguel pra ti ficar num cantinho, porque mesmo que teus filhos te tratem bem, teus netos, teus genros, teu canto é teu canto. A gente é velho, a gente tem as manias, os horários, coisa assim. Eu acho inadmissível tanto como Município, como Estado e como País, deviam ter um olhar para as pessoas idosas também, sabe... (Palmas.) Porque um idoso aposentado não pode ganhar menos do que o salário mínimo, sabe, é a única coisa que eu digo. Pelo amor de Deus, olhem as crianças, olhem o pessoal em geral, mas olhem os idosos também. (Palmas.) Obrigada.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Nossa solidariedade. Eu entendo perfeitamente o que ela disse aqui, porque eu estava comentando aqui com o vereador Alvoni que se a lei desse ajuda, gente, ela bate nos R\$ 700,00, e aí uma pessoa que aposentou, enfim, como ela nos traz esse relato, que ganha R\$ 1,4 mil – o que é isso pra sobreviver, gente –, e aí essa pessoa não tem o direito porque a lei, o decreto que foi feito bate nos R\$ 700,00... Eu acho que nós, a partir desses relatos, inclusive Alvoni, eu acho que a gente pode, a nossa comissão, quero propor aqui que a nossa comissão faça uma moção de apoio enquanto comissão e apresente a partir da Câmara Municipal para que o governo reveja esta lei dos R\$ 700,00, que possa pelo menos chegar no salário mínimo regional que é R\$ 1,6 mil. Então aqui eu proponho, Ver. Alvoni, que a nossa comissão leve isso como uma moção trazida da comunidade, e vamos ver aonde a gente chega. Rodrigo, nosso último inscrito e depois a gente vai finalizar, porque a gente está no limite da hora, a gente precisa encerrar.

SR. RODRIGO HENRIQUE COSTA SCHLEY: Meu nome é Rodrigo, eu sou conselheiro do orçamento participativo e também do Comathab, que é o conselho de habitação e também representação da Desabafa que atua aqui na região. Em primeiro lugar, eu acho que o que tá faltando aqui na região é diálogo e transparência com as pessoas. O DEMHAB está vindo, está operando as políticas, mas não está esclarecendo às comunidades o que vai ser feito, e isso cria uma expectativa. Eu entendo que muitas pessoas vivem em condições péssimas. Ontem eu estava conversando com uma família que estava falando que não aguentava mais sentir o cheiro de rato que tem debaixo da casa, que os ratos brigam, que os ratos fazem uma família lá, e tu ouvir relatos assim não tem como tu não te chocar e te indignar. Como já foi falado muito bem pelo Paulo, a moradia pra situação de vulnerabilidade ela tem que estar pensada junto com trabalho, senão essa família não vai ter condições de manter essa casa. E nós temos, na Vila Liberdade, por exemplo, áreas especiais de interesse social que podem ser regularizadas e construídas as suas moradias no local onde elas já estão, com projeto contemplando galpão de reciclagem, ou enfim, espaços que eles possam trabalhar. Então nós queremos avançar esse projeto, nós já apresentamos, fizemos reunião com a secretária Simone, ela disse que o DEMHAB estaria aberto para essa proposta. Nós queremos avançar, nós queremos que realmente seja feito, então, avançamos esse projeto, feito o cadastro das famílias, que a gente consiga ter essa perspectiva, para que as pessoas possam saber: “ó, eu não preciso arranjar uma casa em outro bairro, em outra região, eu tenha condição de conseguir construir a minha moradia aqui.” E acho que temos que dialogar também com o Jair, seu prefeito e com os representantes do DEMHAB de a gente ter um cronograma de quais são as comunidades que vão ser visitadas, o que vai ser feito em cada caso, porque tem casos como o da dona Nara, por exemplo, que a casa dela não tem condições, ela precisa receber um auxílio urgente. Por que que não foram ainda lá na Vila Ferroviários? Então acho que a gente... Inclusive nós do Orçamento Participativo estamos dispostos a contribuir nesse processo para acelerar ele, a gente não quer que as famílias fiquem esperando meses e mês, a gente quer

que isso ocorra de uma vez. Então precisa ter esse diálogo e essa combinação. Obrigado.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Obrigada, Rodrigo. Gente, antes de nós irmos para os encaminhamentos a gente deu uma rodada de o Executivo, veja bem, gente, eu e o Ver. Alvoni, nós não somos do Executivo, nós somos do Legislativo, nós somos parlamentares; quem executa é o Executivo, e por isso que nós convidamos para estar aqui conosco, resta aqui conosco, as gurias aqui da Educação e o pessoal do DEMHAB. Eu gostaria de passar, novamente para vocês, para tecerem os comentários finais, já encerrando a participação de vocês. A Sra. Valesca Roncato está com a palavra.

SRA. VALESKA RONCATO: Tudo bom? Valesca, do DEMHAB, não sei se a gente vai conseguir dar todos as instruções agora, as informações nesse momento, mas eu queria deixar bem na última fala, aqui do Rodrigo, o que que a gente está fazendo uno DEMHAB. Nós tamos trabalhando bastante, tá pessoal, e a gente entende a situação de vocês. O que que acontece, independente de compra assistida ou da solução habitacional, nós precisamos ter registro unificado, o cadastro de vocês e o laudo. Então, nós estamos com um convênio com o Estado, que está nos apoiando, está apoiando os municípios para fazerem esses laudos, são muitas empresas credenciadas, com engenheiros civis para poder fazer esse laudo - engenheiros e arquitetos que são quem têm a habilitação para fazer os laudos. A gente precisa fazer, independente se vocês vão ficar na região ou se vão para o compra assistida, ou se vão para um bônus moradia, ou se vai ter uma casa do Minha Casa, Minha Vida. Nós precisamos fazer. Então isso é uma coisa que tem que ficar claro para vocês, tá? Deixem o pessoal entrar porque eles precisam fazer os laudos; nós precisamos encaminhar isso lá para o governo federal no site da Defesa Civil porque eles precisam ter essa situação lá, para depois, quem quiser casa assistida, compra assistida, vai para o compra assistida, quem não quiser a gente vai negociar, a gente vai poder sentar e ver qual é outra situação.

Bairro Liberdade, nós tivemos a doação final da matrícula, que foi feita no início desse, ano acho que foi ou finalzinho do ano passado, início desse ano, é que a matrícula foi passada para o Município, até então nós não tínhamos a matrícula de doação do Estado, foi feita agora, é recente, tá? Nós temos um planejamento sim de construção para o Liberdade, nós temos, está no papel e agora talvez, com esse novo processo do Minha Casa, Minha Vida calamidade, que deve sair uma portaria ainda essa semana, temos a estimativa de encaminhar para fazer um empreendimento ali. Hoje nós temos o seguinte, pela Defesa Civil, pelo S2ID, a gente não poderia estar construindo novas casas no local onde foi alagado, daí vocês vêm com a história do dique, das bombas, isso está sendo feito lá no DMAE, é Prefeitura - nós somos Prefeitura -, mas é o setor do DMAE que está vendo toda essa parte de proteção. Então, assim, a gente está acompanhando de mais longe, porque nós não somos da área, mas eles estão sim, estão verificando o conserto dos diques, estão verificando o conserto de bombas, compra de bombas. Isso tudo está sendo planejado. Eu não posso dar mais informações do que isso, porque eu não sou do DMAE.

Outra situação, ontem à tarde saiu a portaria que vai fazer como a gente vai buscar essa família, selecionar essas famílias para o com compra assistida, para quem tiver interesse. Então, as pessoas vão passar, nós vamos fazer os laudos, mas o compra assistida vai para quem quer. Isso chegou ontem, nós estamos estudando, hoje mesmo nós tivemos uma reunião lá no DEMHAB com as diretorias para isso. Só mais uma coisinha: o compra assistida são imóveis que nem o Comassetto falou, imóveis que eram novos e usados, imóveis que estavam na Caixa para serem leiloados, do Estado do Município, pode ser até casa em outro município para quem quer. Eu sei que pessoas, não vocês, mas já nos disseram: “podemos escolher em outro município?” Sim, se tiver em outro município, pode conseguir. Outra situação: para quem quer mudar de lugar, se conhece alguém que quer vender, que se enquadra, também podem fazer essa compra casada. A gente pode encaminhar a subprefeitura, até, tem o *site* para quem quiser colocar o seu imóvel à venda na Caixa, se a casa se enquadrar nos

critérios da Caixa a pessoa pode botar a venda, só que assim, gente, o recurso federal, quero deixar bem claro, o recurso federal não vem para o município...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. VALESCA RONCATO: Só um pouquinho, deixa eu terminar. O recurso federal não vem para o município. O Compra Assistida, como é que funciona? A pessoa coloca seu imóvel à venda, e alguém vai lá escolher esse imóvel. No momento que a pessoa escolheu o imóvel, a pessoa que está vendendo recebe. Isso não passa pelo município. Então nós não temos recurso do federal para isso.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. VALESCA RONCATO: Quem é que trabalha lá no DEMHAB depois? Nós já somos um numerozinho desse tamanhinho.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Está bem, obrigada Vanessa. O Luis Antonio, dois minutinhos, por favor.

SR. LUIS ANTONIO STEGLICH COSTA: Dois minutinhos. Só para esclarecer, durante todos os dias nós tivemos um agente do DEMAHB nos quatro postos avançados que a Prefeitura atuou, inclusive no CTG. Eu estava falando agora sobre a questão dos bônus moradia da Vila Liberdade, já foram pagos 149, restam 40 ainda. Correto?! Sabe que estão tramitando. Então não está nada parado. É claro que essa catástrofe que atingiu muda todo o projeto, muda todo o plano, a realidade é outra e é diferente da que tu tinhas no último dia de março. Uma coisa que cabe lembrar, que o Comassetto colocou, e ele fez assim, ainda, a casa não nasce assim, ela demora tempo. Nós temos, hoje, aqui em Porto Alegre, da Caixa Federal, que foram disponibilizados, e a diretora me corrige, nós temos 400 imóveis que a gente sabe que foram cadastrados e que

estão disponíveis, a pronta-entrega. Nós temos algo em torno de oito a nove mil pessoas que vão necessitar, famílias. Temos mais uma quantidade razoável, mil e poucos que ficarão prontos entre três e seis meses, vão ficar prontos; não estão prontos.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. LUIS ANTONIO STEGLICH COSTA: Não tem. Em Porto Alegre, disponíveis, que foram oferecidos para a Caixa Econômica Federal, disponibilizar nisso, não tem. Tem quatrocentos e pouco, e nós temos levantamento de todos. Eu queria colocar outra coisa, já foi dito aqui, as verbas federais não passam pela mão, pelo bolso do município. Elas são pagas diretamente ao contribuinte, diretamente ao beneficiado. A única verba que passa dentro do benefício de Estadia Solidária, que é pago R\$ 1 mil, que já tem quase 4 mil beneficiados, esses R\$ 1 mil, hoje, ele é composto por R\$ 600,00 da Prefeitura, R\$ 400,00 do Estado, e era para ter R\$ 600,00 da União e atingir o valor de R\$ 1,6 mil, que não atingiu.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. LUIS ANTONIO STEGLICH COSTA: Por um ano ou até a obtenção da moradia.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. LUIS ANTONIO STEGLICH COSTA: Desculpe, eu não entendi.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. LUIS ANTONIO STEGLICH COSTA: Todas as residências, todas as residências beneficiadas, as famílias beneficiadas vão passar por vistoria. Existe uma condição. É a moradia que vai ser verificada, não a família.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. LUIS ANTONIO STEGLICH COSTA: Isso está sendo feito pelo cadastro, pelo cadastro, não, desculpe, pela pelo Registro Unificado, em cima dos dados que foram fornecidos pelo morador.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Está bem, Luis Antonio. Obrigada. Tu queres falar, para se despedir?

SRA. VALESCA RONCATO: Só para a gente finalizar, se despedir também de vocês. Vou reforçar que a gente está disponível para receber vocês. Vou reforçar que vocês precisam fazer o Registro Unificado, quem não fez ainda, que vocês precisam também fazer o Cadastro Único. Vou dizer...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. VALESCA RONCATO: Só um pouquinho, vou dizer que o auxílio, esse auxílio do Estadia Solidária, no valor de R\$ 1 mil, que está caindo na conta de vocês, ele não precisa ser usado para moradia, ele pode ser usado também para ajudar a pagar uma conta de luz ou alimento familiar de vocês, onde vocês entenderem que tem que ficar. O que acontece? Essas vistorias, eu vou dizer, porque eu também fui pega de surpresa, assim com os meus colegas, foi decidido assim ó um dia antes de entrar em campo. O Estado contratou as empresas, estou contando para vocês o que aconteceu, porque eu sou assim, eu conto. O Estado contratou as empresas, e aí, o que acontece? A gente não tem segurança de que a gente vai conseguir juntar esse laudo com quem vai receber depois, ou a Compra Assistida ou um atendimento em empreendimento,

ou daqui a pouco o governo inventa um auxílio reconstrução, que não tem ainda, mas pode ser que invente, e a gente precisa só saber que essa família que foi atingida é a mesma que está lá no Registro Unificado, o endereço tem de bater com a família. Então por isso que eu fico batendo nessa tecla.

Então, assim, eles decidiram entrar no território ilhas, foi bem intenso, porque não foi preparado. A gente alertou que precisa, e o DEMHAB tem essa prática de chamar as lideranças de fazer assembleia, reunião comunitária, antes de entrar no território. A gente não entra no território assim. A Lidiane sabe. Todo o cadastro que eu fiz lá, eu falava com ela todo dia antes de sair de lá. No Mário Quintana foi a mesma coisa, no acesso seis foi a mesma coisa. A gente não faz isso, a gente pode não atingir as expectativas de vocês, porque a gente tem um limite de orçamento, mas a gente sempre age com transparência. Isso é importante. A gente está acompanhando, os nossos agentes comunitários estão acompanhando, no sentido de estar anotando, a partir do número lá que é o georreferenciamento lá que eles chamam, o tal número lá que está no mapinha, que é a casa de vocês, anotar lá que é a Mari que mora. O que vai ser feito com esse laudo, vai depender de cada casa, gente. Eu não sou engenheira, mas o laudo vai determinar a condição de habitabilidade do imóvel ou se teve perda total. Então, a partir desse atingimento é que a gente vai estudar o atendimento de vocês. Esse pleito de vocês, esse pedido de vocês de ficar na região é muito antigo, tem mais de duas décadas, e a gente tinha terrenos aqui para atendimento, através do programa (Ininteligível.) que, infelizmente, foi descontinuado. A gente não teve continuidade nesse programa, mas ainda os projetos estão lá, a nossa DA não desistiu, a gente não desistiu de estar atendendo. Qual é o problema agora? É que a gente vai ter que repensar a infraestrutura da cidade, vai ter que pensar em recuperar dique, vai ter que pensar em outras coisas. O DMAE tem que entrar no jogo, inclusive precisamos reforço do nosso DMAE que está muito precarizado, precisamos reforço para poder atender. Precisamos reforço do DEMHAB. Eu sou servidora do quadro, temos colegas aqui, a gente precisa de reforço. Atendemos vocês na medida da perna que a gente tem. No DEMHAB, são cinco assistentes sociais, e eu que

estou numa direção, então, assim, a gente não tem condição de estar na cidade toda.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. VALESCA RONCATO: Que a gente já cadastrou ali né?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. VALESCA RONCATO: Olha, honestamente, a gente depende da autorização do dono da casa, tá gente? Ninguém vai passar a patola na casa de ninguém.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. VALESCA RONCATO: E são cadastrados? São cadastradas? Estou falando daquelas que estão em cima da obra mesmo, que a gente fez o acesso seis ali, onde tem os galpões.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. VALESCA RONCATO: Essas famílias têm direito ao Bônus-Moradia do DEMHAB que é R\$ 128 mil. Por que a gente fala...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. VALESCA RONCATO: Pois então, por isso que a gente fala da compra assistida do governo federal.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. VALESCA RONCATO: Só um pouquinho, gente. Compra assistida do governo federal é até R\$ 200 mil. Para quem tem interesse em sair da região pode ser uma alternativa ou pode ser uma alternativa esperar o atendimento via DEMHAB. Mas, assim, a gente não tem como prever, mas é o que temos né?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. VALESCA RONCATO: Assim, a gente pode atender vocês lá no DEMHAB. Podem agendar, fiquem à vontade. Podem nos chamar aqui, a gente vem só para falar com vocês também. Estou à disposição. Posso fazer uma reunião aqui no território com vocês.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Obrigada. Gente, nós vamos para o encerramento da nossa comissão, que costuma reunir lá na Câmara Municipal. A Câmara também foi atingida pelas águas, nós ficamos fora da Câmara, e a gente começou a fazer algumas reuniões *online* inclusive, não é, Ver. Alvoní. Mas a nossa comissão, como é a Comissão dos Direitos Humanos, tem feito algumas reuniões nos territórios. Para mim, era extremamente importante que a gente viesse, Beta, aqui nesse território que eu, particularmente, tenho estado direto, mas eu gostaria que a nossa comissão estivesse com esses convidados que a gente trouxe aqui para falar para vocês. Então, eu quero...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Então, nós fizemos esta reunião aqui de hoje por uma proposição minha, para nós, vereadores, sairmos da Câmara e virmos aqui ouvir vocês e nós ouvimos. Demos o espaço e anotamos, está tudo gravado cada fala de vocês na nossa ata, para que a gente dê os encaminhamentos. E eu passo aqui a relatar os encaminhamentos para ficar tudo bem claro, sem antes deixar de agradecer novamente a nossa querida

Alcema. Cema, querida, obrigada. Esse café maravilhoso que tu nos brindaste aqui. E agradecer vocês, gente. Eu ouvi atentamente e quero dizer que eu concordo com tudo que vocês disseram aqui, que essa mulherada aqui briga, grita, bate palma, e é isso mesmo, gente. Nós não temos que ter vergonha de lutar pelos nossos direitos. São direitos de vocês. Querida Nara, não chore; grite, grite pelos teus direitos, que tu não estás sozinha. Preciso dizer isso para vocês. Não estás sozinha. O fato de nós virmos aqui, não é, Ver. Alvoní, para conversar com vocês, é porque nós queremos ajudar. Nós, vereadores, a nossa comissão, nós queremos ajudar. Não somos nós que temos o poder da execução, mas nós vamos cobrar de quem tem. Esse é o nosso papel e nós vamos fazer.

Eu passo aqui a dizer para vocês os encaminhamentos desta reunião. Vamos lá, prestem atenção, que estão ali na nossa ata. Nós vamos fazer, a partir desta comissão: um pedido de informação sobre as escolas, educação, sobre cada uma qual é a situação para abrir; um pedido de informação sobre a saúde, cada unidade de saúde, fornecimento de medicação, médicos, horários, até aquela que está desde janeiro ainda fechada; trabalho para acompanhar a entrega de casas prontas para a comunidade – foi o Bruno Matos que propôs de nós acompanharmos esse trabalho; uma moção de apoio para que o governo municipal reveja o valor da estadia solidária. O valor, eu devo dizer aqui mais uma vez, eu já disse, Ver. Alvoní, que esse valor que o Luis Antonio diz dos R\$ 1 mil, na Câmara, nós aprovamos R\$ 1,6 mil. Eu já disse isso né? Na Câmara, nós aprovamos R\$ 1,6 mil por unanimidade dos vereadores, mas...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Exatamente, então nós vamos atrás para saber o que está acontecendo com isso, gente. Como assim? Cadê esses R\$ 600,00? Vamos atrás.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Exatamente, vamos atrás. E aqui, gente, aqui nós vamos atrás... Eu quero dizer aqui isso mesmo, exatamente, porque aqui a nossa cobrança vai desde o Município, o Estado e a União. Não tem problema nenhum, nós temos que cobrar dos Executivos. Eu quero dizer aqui que a tia lula trouxe uma indicação que eu acho extremamente importante, quero te dizer que o meu mandato inclusive já fez um pedido para o Ministério da Reconstrução, mas é óbvio que tem muito mais força, Alvoní, a Comissão encaminhar esse pedido sobre a reforma. Olha só, gente tem casas, como a tia lula, que têm condição de trocar o telhado e está tudo certo, mas para trocar o telhado, ela precisa de ajuda. Gente, para o Executivo é infinitamente mais barato ajudar nessa reconstrução do que dar outra casa. Então por que não ter um programa de auxílio reconstrução das casas? Maravilhoso, gente, maravilhoso, eu acho que o DEMHAB é nosso parceiro nessa... Olha aí, nós vamos atrás do Ministério das Cidades, me alerta aqui a Vanessa, bacana, eu acho que isso tem força, gente, e a nossa comissão vai encaminhar isso para o Município, para o Estado e para a União, pronto, porque é muito mais barato e atende às necessidades de vocês de forma mais rápida. E o outro encaminhamento a sobre o auxílio estadia solidária, bônus-moradia e compra compartilhada, tudo nós vamos fazer os pedidos de informação, e aqui, gente, nós voltaremos quando vocês acharem que é possível voltar e marcamos outra reunião, não tem problema. Digo a vocês, a Câmara Municipal entrou em recesso, que são essas férias de inverno, são duas semanas, mas sim os vereadores entram em recesso. O que é recesso, gente? Não são férias; recesso significa que não tem reunião de plenário e não tem votação, mas nós, vereadores, continuamos a trabalhar. Por isso que eu disse, nós não estamos de férias, então nós estamos à disposição do trabalho para continuar. Por último, então, eu quero dizer, agradecendo a todos e todas que estiveram aqui com essa disposição de a gente ir atrás dos nossos direitos. A Comissão de Direitos Humanos, portanto, vai fazer todos esses encaminhamentos que eu acabei de dizer aqui. Nós vamos dar conta, gente, tem coisas não tem coisas que nós temos, digamos que a governabilidade da nossa comissão, não é Ver. Alvoní,

nós temos condição de encaminhar e nós assumimos aqui com vocês que nós vamos atrás de encaminhar, assumir com Guarnieri a retomada, a partir desse documento que as gurias já pegaram uma cópia ali, para nós irmos atrás. Isso tudo nós vamos atrás, agora tem coisa, gente, que é um debate maior. O debate sobre a dragagem do rio Guaíba, há o debate sobre desassoreamento, o debate se o Guaíba é um lago ou um rio é um debate de muitos e muitos anos, não é Guarnieri? Tu acompanhas de muito tempo, o debate que envolve se é lago ou rio o é um debate econômico. Essa é a questão, gente, se tem dragagem, se tem desassoreamento, é um debate ecológico e econômico. Então tu não resolves assim como tu gostarias que resolvesse. Portanto, gente, vocês já viram aquele filme Jack, o Estripador? Então vamos a partir dele dizer: vamos por parte, vamos por parte. Neste momento o mais importante é a moradia, certo? São os auxílios, certo? É o bombeamento e nossos diques, certo? Então, vamos e este debate que ela traz para nós é importante, o que ela traz é extremamente importante, mas não sou eu que vou responder para ela. Tu entendes? Não sou eu.

(Fala fora do microfone. Inaudível.)

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Está encerrado. O que ela trouxe é real, é importante, mas nós não temos uma resposta única, não existe nenhum debate, não tem uma solução, hoje.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Só falar uma coisa aqui, pessoal, só falar uma coisa porque eu não pude chegar a tempo aqui. Lembrando que a nossa comunidade, eu fui liderança anos aqui no *hip-hop* junto com a galera aqui, a gente trabalhou junto, e a maior dívida da Prefeitura com as regiões que ela tem é com essa região, que deve R\$ 100 milhões das contrapartidas da OAS e não pagaram ainda, e nunca tem dinheiro para nada, nunca tem dinheiro para nada, sempre escondendo as coisas e nunca tem dinheiro para nada. Então nós vamos cobrar, espera aí, só um pouquinho, e a gente já entregou para o Ministério

Público essa denúncia, lá na audiência pública federal, lá que teve a outra.
Obrigado. Boa tarde.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Gente, nós continuamos com muitos problemas... Obrigada. (Problemas técnicos no som.)

(Encerra-se a reunião às 16h20min.)

TEXTO SEM REVISÃO